

*Maria Luísa
Maia Medeiros,
Eduarda Pacheco
Souto e Victoria
Maria Silva dos
Santos**

Graduandas em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membros do corpo editorial do Cosmopolítico.

*Bolsista PIBIC/CNPq

“O QUE TORNA O BRASIL DIFERENTE?”: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO SUL-AMERICANO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI E DO LEGADO DO DISTANCIAMENTO BRASILEIRO

“WHAT MAKES BRAZIL DIFFERENT?”: AN ANALYSIS ON THE POST PARAGUAYAN WAR CONTEXT AND THE BRAZILIAN DETACHMENT LEGACY

RESUMO: O presente artigo tem como intuito apontar e analisar o cenário internacional em que se inseria a América Latina e, especialmente, o Brasil após a Guerra do Paraguai. Durante a disputa, o Brasil, como país mais forte econômica e militarmente da região, exerceu o papel de potência interventora, inserindo-se intensamente na política platina. Entretanto, com o fim da guerra, o Império retomou sua política de afastamento das repúblicas sul-americanas, priorizando relações com os Estados Unidos e a Europa, levando com que fosse reforçada uma visão de nós versus eles na qual o Império representava a ordem e a civilização e os países republicanos a desordem e a barbárie. O objetivo, então, é explorar os relatos de viagem de diplomatas brasileiros e como estes, somando a sociedade, percebiam os países vizinhos como distantes e inferiores de acordo com seu ideário monarquista e anti-republicano.

Palavras-chave: política externa; império brasileiro; diplomacia; identidade; pós-guerra do Paraguai.

ABSTRACT: The current article has as its purpose to indicate and analyze the international outlook in which Latin America and, especially, Brazil inserted itself after the Paraguayan War. During the dispute, being the economically and militarily strongest country in the region, Brazil played the role of the intervening power, inserting itself intensely in the platina politics. As the war neared its end, however, the Empire resumed its policy of distancing itself from the South American republics, prioritizing relations with the United States of America and Europe, reinforcing an antagonistic vision in which the Empire represents order and civilization, while the republican countries are analogous to disorder and barbarism. Thus, the objective is to investigate Brazilian diplomat's travel narratives and how they, added to society, understood neighboring countries as distant and inferior according to their monarchist and anti-republican ideology.

Keywords: foreign policy; Brazilian empire; diplomacy; identity; post-Paraguayan war.



1 INTRODUÇÃO

Considerando que as narrativas apresentadas por diversos estudiosos — e também não-estudiosos - sobre viagens e suas referentes localidades e sociedades carregam convicções culturais próprias, o objetivo do artigo é refletir sobre a compreensão brasileira acerca dos demais países latino-americanos de acordo com o seu ideal monarquista. Isto será feito a partir da observação de relatos de viagens de oficiais governamentais em um contexto pós-Guerra do Paraguai, principalmente de representantes do Estado Imperial brasileiro em missões diplomáticas — tal como Luiz Augusto de Pádua Fleury.

Como referencial teórico, o artigo da historiadora Maria Lígia Coelho Prado “O Brasil e a Distante América do Sul” é parte central das reflexões aqui presentes. A autora questiona quais seriam as razões para o afastamento que se formou entre o Brasil e o restante da América Latina após o processo de independência dos países da região no século XIX, e a origem desse padrão de pensamento incorporado pelos círculos sociais do país, marcadamente depreciativo, acerca dos vizinhos latinos.

Para tal, primeiramente serão apresentados os eventos e conflitos regionais que ocorreram na década de 1870 após a perda paraguaia na guerra, além da formação de possíveis alianças e contra-alianças na extensão continental. Em seguida, discute-se a compreensão brasileira quanto aos países vizinhos, passando por um histórico legado cultural eurocêntrico que se definia como “superior” e diferente dos países que rodeavam o Estado brasileiro.

Após explorar os valores do Império e da sociedade brasileira — refletida pelos princípios defendidos pelas figuras estatais — e discorrer sobre a conjuntura internacional do pós-Guerra do Paraguai e suas articulações políticas internas, finalmente analisa-se relatos de viagem diplomáticos do Império. Serão investigadas as perspectivas de oficiais brasileiros em meio aos seus exercícios diplomáticos nos países vizinhos e também o distanciamento cultural e político entre os países envolvidos. Como fonte para as reflexões presentes neste artigo, utilizou-se uma extensa bibliografia focada nos temas, buscando priorizar autores de diferentes nacionalidades dos países foco do trabalho.

2 POLÍTICA EXTERNA NA REGIÃO PLATINA

As décadas precedentes ao início da Guerra da Tríplice Aliança e a condução da política externa brasileira para a região platina neste período são fundamentais para compreender as causas adjacentes do conflito. Autores como Gabriela Nunes Ferreira (2006), Francisco Doratioto (2002) e José Murilo de Carvalho (2008) são categóricos ao entender que a consolidação do Estado Imperial brasileiro nas décadas seguintes à sua independência foi de suma importância para que o país exercesse um nível de intervenção na política de seus vizinhos. A precoce organização do Estado brasileiro, em comparação com os países da região, permitiu que o país ao final do conflito conseguisse alcançar seus objetivos na política do cone sul. Além disso, em acordo com a visão de Daniel Coronato (2020), compreende-se que entender a dimensão regional e relacional da bacia platina é de grande importância para assimilar os antecedentes do conflito na década de 1860. O autor esclarece que após a independência do subcontinente até a eclosão da guerra uma série de padrões foram incorporados, em comum, pelos países da região. Tais como:

[...] os limites instáveis e/ou indefinidos; fronteiras marcadas por episódios recorrentes de violência fomentados pela lógica econômica que dependia do uso da força para a conquista e/ou controle de recursos e rotas comerciais, excedendo as soberanias; fraqueza do poder central em estender sua autoridade sobre todo o território; internacionalização dos conflitos partidários, em especial entre ramos do unitarismo e federalismo, e por fim, a conservação da autonomia e da independência dependia de grupos e organizações políticas e militares locais. (CORONATO, 2020, p. 7)

Entre as décadas de 1840 e 1850, a nova condução da política imperial para a região platina foi um dos marcos da carreira de Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai) como ministro dos Negócios Estrangeiros (FERREIRA, 2006, p. 141). O Visconde do Uruguai acreditava que o Brasil “[...] deveria ocupar um lugar hegemônico na América do Sul, mantendo distância de seus vizinhos, não considerados como ‘iguais’” (PRADO, 2001, p. 128), indicando como a elite brasileira assimilou o discurso elaborado por ideólogos do Império e agiu de acordo com seus valores conservadores.

Nesse sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros (1843-1844 e 1849-1853) nas décadas anteriores ao conflito com o Paraguai preocupava-se com a manutenção da integridade do Império e sua segurança, além de garantir o acesso aos rios platinos. Por isso, o projeto de Rosas para reconstruir o Vice-Reino do Rio da Prata constituía uma ameaça exigindo intervenção imediata do Império, justificada por meio da defesa das independências do Paraguai e Uruguai e buscando impedir a Argentina de fazer uma extensa fronteira com o território brasileiro (FERREIRA, 2006, p. 145).

A tensão já existente entre Brasil e Argentina foi agravada pela falta de apoio brasileiro à província de Corrientes quando ocupada pelo Paraguai e pela recusa do Império para negociar a questão do Barão de Jacuí no Uruguai com a Argentina, findando relações diplomáticas entre os governos em 1851 (FERREIRA, 2006, p. 156). Ademais, o Uruguai de Oribe também encerrou o diálogo com a Legação brasileira em Montevideu no mesmo ano, queixando-se do não reconhecimento da presidência de Oribe, da falta de punição do Barão de Jacuí e da negação da intermediação do plenipotenciário argentino na mediação, de maneira a marcar o fim da neutralidade do Império e a proximidade da eclosão de uma guerra (FERREIRA, 2006, p. 157).

O Visconde do Uruguai recomendava que o governo começasse a fortalecer o exército e a esquadra, evitar a queda de Montevideu para Oribe e formar alianças. Nesse contexto, foi estabelecida uma aliança entre Brasil e as lideranças unitárias da Argentina — o futuro presidente Urquiza — e do Uruguai — o general Garzón. Essa articulação culminou na invasão de Montevideu por tropas brasileiras e do litoral argentino comandadas por Urquiza e na derrubada de Oribe e Rosas, marcando o sucesso da coalizão que se juntaria de novo na Guerra do Paraguai (FERREIRA, 2006, p. 163).

A partir das análises da correspondência entre membros do alto escalão do governo, principalmente a de Visconde do Uruguai, é possível observar o jogo de alianças que se desenhava, mas também a relação entre os países e sua visão sobre o cenário político e seus atores. Como por exemplo, a desconfiança de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, encarregado de negócios do Brasil na capital uruguaia dos motivos de Urquiza para se aliar ao Império e a tentativa — fracassada - de convencer o presidente paraguaio a aderir à aliança mostrando como o país era um aliado de extrema importância (FERREIRA, 2006, p. 176).

As cartas entre Pontes e o ministro brasileiro de Negócios Estrangeiros são fundamentais para compreender as articulações que possibilitaram a vitória da coalizão, bem como seu plano de ação para a política brasileira no Prata que descrevia quem seriam os novos governantes e as estratégias para assegurar os interesses brasileiros na região. Em uma das cartas, Visconde do Uruguai instruía Pontes a se entender com Urquiza para garantir sua participação na aliança, dando garantias de não hostilidade, de apoio militar a Entre Rios e a defesa da candidatura de Garzón, possibilitando a assinatura de um convênio de alianças ofensiva e defensiva entre Brasil, República Oriental do Uruguai e a província de Entre Rios (FERREIRA,

2006, p. 170).

Ademais, os objetivos imperiais no Prata a longo prazo foram deixados claros nas correspondências do Visconde do Uruguai, sendo os principais: garantir a independência do Uruguai e Paraguai, solucionar a questão de limites, regular a política de fronteiras e acordar sobre a navegação no Rio da Prata e seus afluentes (FERREIRA, 2006, p. 177). O estabelecimento do que viria a ser a Tríplice Aliança nas décadas seguintes e o isolamento do Paraguai levariam ao contexto político que eclodiria na Guerra do Paraguai, demonstrado por Francisco Doratioto como “[...] resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações” (DORATIOTO, 2002, p. 23).

Com a ascensão ao poder do partido liberal no Brasil e a eleição de Bartolomeu Mitre na Argentina em 1862 após a Batalha de Pavón (1861), considerada o marco da consolidação do Estado argentino com a vitória dos unitários sobre os federalistas, houve a convergência ideológica entre os dois países e a emergência de interesses comuns concretos, que era o de combate aos *blancos* no governo do Uruguai e a resolução das questões fronteiriças pendentes com o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 473).

Já as relações entre o Império e o Uruguai estavam estremecidas devido a imposição de impostos à exportação do gado brasileiro e a não renovação dos tratados de 1851. Ademais, o presidente paraguaio Solano López (aliado aos *blancos*) objetivava garantir acesso ao porto de Montevideú. O partido liberal brasileiro, temendo ser visto como impotente, invadiu Montevideú com apoio argentino, o que fez com que tropas paraguaias invadissem o Mato Grosso e Corrientes, sendo a causa imediata do início da Guerra (DORATIOTO, 2002, p. 474). Então, é estabelecida a Tríplice Aliança contra o Paraguai em um combate que se estendeu por cinco anos devido a “incompetência militar de Solano López e a demora dos aliados em concluir a guerra”, além do desconhecimento do território paraguaio (DORATIOTO, 2002, p. 476).

O Império se recusava a participar das negociações de paz, pois temia que fazer a paz com Solano López significaria para o Brasil “[...] ficar dependente de um governo paraguaio fortalecido, para manter aberta a navegação do rio Paraguai a navios brasileiros que rumassem para o Mato Grosso, aumentando a vulnerabilidade dessa província” (DORATIOTO, 2002, p. 478). Outro temor do governo brasileiro era que o acordo de paz pudesse influenciar outras repúblicas a recorrerem ao uso da força quando discordassem do Império. Desse modo, a guerra se estendeu até

que Caxias ocupasse Assunção e Solano López fosse morto, consolidando a vitória dos aliados (DORATIOTO, 2002, p. 478-480).

3 O CONTEXTO DA AMÉRICA DO SUL POSTERIOR À GUERRA DO PARAGUAI

Após a Guerra do Paraguai, a conjuntura do continente sul-americano na década de 1870 não foi marcada pela suspensão de conflitos, mas pela continuação crescente da desconfiança e hostilidade entre os demais países latino-americanos. Perante às incertezas e tensões na região, foram cogitadas inúmeras alianças e contra-alianças — que na sua maioria, não vieram a se concretizar necessariamente —, transfigurando a política da região de acordo com um análogo esquema de balanço de poder europeu (SANTOS, 2002, p. 112). No entanto, de acordo com Luis Claudio Villafañe Santos (2002), a balanço de poder no continente latino-americano não se caracterizava como a europeia com extensos laços de interesse que sustentariam sua movimentação, resultando, em indefinidas variações de alianças.

Posteriormente à derrota paraguaia na guerra e conseqüentemente a perda da sua figura relevante na região, o quadro político-estratégico das relações na Bacia do Prata foi modificado. A célebre rivalidade entre os anteriores aliados durante a guerra, o Império brasileiro e a República Argentina, foi concretizada e focada na questão fronteiriça entre o Paraguai e a Argentina. Foi estabelecida também a disputa entre o último país e o Chile no que diz respeito à posse da Patagônia e dos estreitos no extremo sul do continente. Ademais, o conflito entre Bolívia e Chile sobre as invasões de terras para exploração de guano no deserto do Atacama resultou na Guerra do Pacífico — que causaria ainda desacordos e confrontos no século XXI abordados na Corte Internacional de Justiça.

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, foi assinado um acordo que firmou um governo provisório no país derrotado em 1869. A partir disso, ocorreram desentendimentos entre os países, como a alegação da Argentina pela posse de todo território do Chaco — que transpassava o país mais extensões da Bolívia e do Paraguai — e a ocupação militar pela mesma na localidade da Vila Ocidental na margem do Rio Paraguai. Tal episódio histórico assinalou um momento de tensão entre o Império brasileiro e a Argentina, visto que o governo provisório paraguaio protestou contra tal ação e solicitou atuação brasileira no caso. Além disso, o acontecimento também gerou preocupação à Bolívia devido às duvi-

dosas pretensões argentinas na região do Chaco.

O desfecho da ocorrência se deu com a recusa por parte do governo provisório paraguaio de negociar a posse do Chaco com a Argentina, ato apoiado pelo Brasil e que diretamente influenciou no aumento das tensões entre o país e seu vizinho rival. Tal acontecimento provocou similarmente desconfiança por parte brasileira devido à possibilidade da Argentina se apossar do antigo Vice Reino do Rio da Prata e “[...] colocou o Império diante de uma virtual possibilidade de confronto com seu antigo aliado” (SANTOS, 2002, p. 117).

Perante situações como essas, foi projetada a constituição de alianças e contra-alianças que poderiam originar um confronto generalizado tocante a parte sul do continente americano (SANTOS, 2002, p. 117). Existiam hipóteses de alianças entre o Brasil e o Chile em contraposição ao Peru, à Argentina e Bolívia, ao mesmo tempo que existia a especulação de uma coalizão entre o Chile, Peru, Bolívia e Equador contra o Paraguai e o Brasil. Por fim, houve somente um tratado concreto de 1873 entre a Bolívia e o Peru apontado contra o Chile. Isto posto, fica claro que as demais alianças não se materializaram pois não se apresentavam como defensoras dos principais interesses dos países em tal conjectura. Exemplo disso foi a recusa do Brasil em participar de uma aliança com o Chile, dado que não desejava induzir uma maior suspeita argentina, não detinha interesses na região andina do continente, ao mesmo tempo que suas intenções no Prata já haviam sido preenchidas.

Para mais, no cenário pós-guerra, além da rivalidade crescente entre Brasil e Argentina e da disputa entre os dois em torno do destino do Paraguai, as finanças internas do Império ficaram altamente comprometidas devido aos gastos exorbitantes no período da extensa guerra. A situação política interna também representava um empecilho ao maior envolvimento no cenário político internacional, em vista das disputas internas em torno do futuro da população escravizada e da diminuição do prestígio do regime monárquico.

4 A AFASTADA PERCEPÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA SOBRE A VIZINHA HISPANO-AMERICANA

O distanciamento entre o Brasil e demais países sul-americanos não é meramente uma questão de diferença linguística e envolve aspectos mais complexos, como a história e a política oriundas de processos coloniais distintos, o que

pode ser ilustrado através da análise dos processos de independência e construções identitárias que ocorreram de maneira praticamente antagônicas. Ademais, a difusão em massa de discursos — que posteriormente foram apresentados como a história oficial — cujos objetivos eram perpetuar essas diferenças colaborou para que a ideia de rivalidade entre Brasil e outros países sul-americanos atingisse não só a esfera governamental, mas também a sociedade civil.

A rivalidade existente entre os países no sul do continente americano é algo que remonta séculos, desde o estabelecimento passado das colonizações ibéricas — portuguesa e espanhola — na região. O cenário no qual as ex-colônias espanholas conseguiram suas independências foi bem menos favorável do que o encontrado pelo Brasil, uma vez que não contavam com aliados e enfrentaram diversos obstáculos para garantir seu reconhecimento, visto que a Espanha estava fortalecida pela Santa Aliança e se negava a aceitar a substituição do regime monárquico pelo republicano (VÁZQUEZ, 2003, p. 259). Em contrapartida, a independência brasileira não veio acompanhada da tentativa de instauração da república ou do rompimento com a monarquia portuguesa, sendo um projeto de estratégia comercial e a transferência do sistema já existente em Portugal para o Brasil.

Segundo a autora Maria Ligia Coelho Prado (2001), os limites traçados ao longo do território latino-americano foram realizados de forma estratégica a não somente dividir as terras geograficamente, mas a repartir-las política e culturalmente. A partir da definição de interesses sociais e econômicos particulares de cada localidade, foi instituída uma configuração que impedia a proximidade entre os demais países — principalmente entre aqueles com línguas distintas. Devido a isto, o passado europeu e seus valores estabelecidos na extensão sul-americana permaneceram como os predominantes até mesmo após as independências no continente, acarretando no distanciamento entre os países — sobretudo entre o Brasil e os demais.

A herança colonial europeia no Brasil foi algo característico na sua própria composição nacional e que pode ser confirmada de modo latente na atualidade e durante a época imperial. Nesse sentido, o país possui sua cultura enraizada em uma forte tradição eurocêntrica conservadora, de maneira a “[...] estar de olhos postos na Europa e de costas para a América Latina” (PRADO, 2001, p. 128). Tais fatores influenciaram diretamente no sentimento de superioridade do Império em relação às diversas nações latino-americanas, visto que a Europa era conceituada como o padrão civilizatório e desenvolvido a ser seguido e o berço das notá-

veis monarquias nacionais — traço em comum com o Brasil. Assim sendo, o país se identificava mais com o modelo europeu em razão dos seus vínculos e “proximidades” em contraste com seus próprios vizinhos regionais.

Parte deste senso de grandeza deriva também do fato de que os Estados sul-americanos eram em sua maioria republicanos — atributo relacionado e enxergado pelo Império à desordem, desunião e fragmentação (PRADO, 2001, p. 131). Desse modo, se fazia necessário para o Brasil se opor e diferenciar do restante do continente latino-americano, a partir de meios escritos e discursos políticos que se disseminariam para a vida pública e para o senso comum. A política imperial inaugurou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (I.H.G.B), em 1838, essa instituição operou com base na teoria do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, ou seja, escrevendo a história para convencer os republicanos da “inexequibilidade de seus projetos ‘utópicos’” e da necessidade de uma monarquia em um país com tantos escravos e um território tão vasto (PRADO, 2001, p. 129).

Dessa maneira, o Império, quando ameaçado pela emergência de diversas revoltas republicanas de independência pelo território, não economizou recursos para derrotá-las e evitar que a unidade nacional fosse comprometida (PRADO, 2001, p. 131). O impacto desta instituição foi tão significativo que promoveu uma linhagem interpretativa no país sobre sua própria história — mais tarde utilizada e enraizada por manuais escolares e enunciados políticos (PRADO, 2001, p. 130).

Em vista disso, a construção da identidade brasileira diferenciava o país dos demais da América Latina, se fundamentando na ideia oposta entre o “nós” e “eles” assentada nas distinções dos regimes políticos adversos — republicano e monárquico. Graças à formação desse ideário político e cultural de primazia brasileira em detrimento das variadas nações latino-americanas, houve a absorção popular desta concepção que auxiliou no estabelecimento da forma de se pensar a relação díspar entre o Brasil e o restante do continente (PRADO, 2002, p. 132). Essa ideologia dispunha de tamanha resistência e força que, embora o país tenha deixado de ser uma monarquia e se tornado república no fim do século XIX, a idealização e os argumentos de ser um país superior e divergente na região tenderam a persistir.

Mesmo que o Estado brasileiro tenha transformado seu regime para um de caráter republicano, as relações com a América Latina continuaram praticamente as mesmas, já que insistia-se em destacar as diferenças em oposição às semelhanças (PRADO, 2001, p. 146). A essência da identidade brasileira ainda se baseava na associação das concepções de ordem e unidade asseguradas pelo Império (PRADO,

2001, p. 144). Dito isto, o entendimento sobre o país — que foi construído pela elite e internalizado na sociedade brasileira — cooperou na formação de uma memória em comum que aludia um passado prestigiado como autenticador do presente e dificultou uma futura integração regional.

No célebre artigo de Prado (2001), a autora conclui suas reflexões declarando que:

[...] é difícil pensar a América Latina a partir do Brasil, onde não existe uma tradição de estudos latino-americanos. Os ricos e férteis resultados que se obteriam, caso perseguíssemos as trilhas abertas pela História Comparada da América Latina, parecem-me evidentes. (PRADO, 2001, p. 147)

Parte do intuito deste trabalho é mudar essa tradição, que vem sendo modificada por pesquisadores brasileiros nas últimas décadas, onde nota-se um interesse crescente pela história dos vizinhos latino-americanos em comparação com a história nacional. A reflexão final de Prado também suscitou um posterior artigo publicado na mesma Revista em 2005, onde a autora faz alguns apontamentos sobre os caminhos da História Comparada na América Latina, contribuindo assim para os objetivos do artigo. Ela propõe que:

Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes [...] não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola. (PRADO, 2005, p. 12)

5 RELATOS DE VIAGEM E SUAS ORIGENS

Os relatos de viagem são fontes textuais históricas que costumeiramente auxiliam na compreensão e estudos de diversos historiadores sobre determinada época e têm de modo notável e crescente, se tornado instrumentos de pesquisa no âmbito acadêmico. No entanto, além deste gênero textual não ser neutro e demonstrar traços culturais da origem do autor, ainda é considerado como um corpus documental heterogêneo “pouco definido” (JUNQUEIRA, 2011, p. 44). Estes escritos têm sido questionados devido à inexatidão que podem oferecer como uma fonte de conhecimento e referência para pesquisas futuras. Isto é, mesmo examinando relatos de viagens de figuras oficiais, ainda é possível observar uma narrativa pessoal acompanhada de um material científico.

Para a análise de relatos de viajantes, é preciso apoiar-se em variadas questões como: o contexto nativo cultural do autor e aquele sobre o qual ele escreve; o

momento no qual o texto é escrito e publicado; e o formato do relato — diário, narrativa, carta, memória, dentre outros (JUNQUEIRA, 2011, p. 47). Outrossim, ainda discute-se a veracidade da narrativa no que se refere à quem a escreveu de fato, podendo ser o viajante em si ou algum profissional literato. Todos esses elementos influenciam diretamente na composição do texto que mais tarde influirá sobre demais pesquisas acerca do tempo e meio estudado.

Apesar dessas constatações, a narrativa pessoal do viajante é dada como importante pois ela também constata as perspectivas do autor a respeito da sociedade e do local em que escreve sobre, segundo sua compreensão social e cultural. Tal fato pode ser verificado nos relatos de 1876 do diplomata brasileiro Luiz Augusto de Pádua Fleury, o Encarregado de Negócios da Legação imperial em Buenos Aires. Ele apresentava um perfil similar às diversas figuras representativas diplomáticas do Império e sua elite, cuja orientação conservadora associava “[...] Liberdade à Segurança (isto é, à noção de Ordem), à Monarquia constitucional e à manutenção da integridade territorial” (MATTOS, 1990, p. 145).

José Murilo de Carvalho (2008) em obra clássica da historiografia brasileira também questiona quais seriam as razões para as diferentes concepções de política entre as repúblicas hispânicas e o Império brasileiro. Através da análise da formação da elite imperial da época o autor atribui o “sucesso” do processo político de construção do Estado imperial no período pós-independência à homogeneidade ideológica e de pensamento da elite política imperial, verificadas através de uma similaridade de educação, ocupação e carreira profissional. Esse tipo de formação — derivada essencialmente de uma tradição portuguesa de política — moldou a forma como os tomadores de decisões da época atuavam, sendo importante entender como esses indivíduos caracterizavam o “fazer política” na época e qual era a referência de sucesso político no qual se baseavam para tecer comparações com o sistema político republicano dos países vizinhos.

Através da pesquisa e análise dos textos escritos pelo corpo diplomático, é possível compreender a imagem, representação e atuação do Império brasileiro, já que os atores diplomáticos eram como um reflexo do governo em seus princípios e interesses. Tal aspecto pode ser notado em várias passagens de 1876 redigidas por Luiz Augusto Fleury destinadas ao Império quando ele, por exemplo, notifica as ocorrências ao Barão de Cotegipe ao mesmo tempo que demonstra seu apoio e satisfação com as soluções acordadas pelo Congresso Argentino (PASSETTI, 2020, p. 97). Tal obra constata a multidisciplinaridade dos relatos de viagem, que se ma-

nifesta como um gênero híbrido derivado da junção de diferentes abordagens literárias em sua composição, compondo elementos técnicos e pessoais (JUNQUEIRA, 2011, p. 55).

À vista disso, em abundantes textos de Fleury fica perceptível sua postura crítica em relação à política do país em que prestava seus serviços diplomáticos (a Argentina) e a validação do discurso monarquista que o Império tanto elaborava e defendia — para sua própria legitimação. Então, tal diplomata era incluído no grupo de representantes do Império que resguardavam a monarquia, em assídua oposição ao sistema republicano — costumeiramente associado à desordem, instabilidade e má gestão pública. Esta perspectiva pode ser comprovada ao analisar os relatórios de Luiz Augusto Fleury de 1876 que tratavam sobre as disputas internas na Argentina, especificamente os conflitos com populações originárias e insurreições provinciais (PASSETTI, 2020, p. 103).

Gabriel Passeti (2020), procura trabalhar uma fonte documental manuscrita clássica da política externa brasileira, isto é, os ofícios dos representantes diplomáticos na Legação brasileira em Buenos Aires e enviados à Secretaria de Negócios Estrangeiros na corte brasileira no Rio de Janeiro, em um período ainda pouco investigado pelos acadêmicos da área (o pós-Guerra do Paraguai), olhando-os a partir de uma nova abordagem, a metodologia da análise de cartas e dos relatos de viagem. Trata-se de dar um novo enfoque a estes documentos, não levando em conta apenas a veracidade dos acontecimentos noticiados e sim à representação que esses funcionários faziam do ambiente em que viviam, analisando a política doméstica e fazendo considerações enviesadas pelo pensamento característico do seu lugar de enunciação (a sociedade monárquica).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar estes diversos temas de forma conjunta ajuda a compreender e estudar como o Brasil se retratava e comportava na região sul-americana, especialmente após a maior guerra ocorrida entre os países locais. Em uma região onde não existiam interesses em comum definidos entre as nações, havia um constante fluxo de hipóteses acerca de novos conflitos e, por consequência, prováveis alianças. O Brasil, desgastado da guerra e a fim de não inserir-se em futuros conflitos, procurou se manter distante da região — de modo a sequer participar de contra-alianças para não causar confusões. Tal fato pode ser percebido através da afirmação do

Visconde do Uruguai, ao declarar que a política externa brasileira atuava de modo a projetar o país como hegemônico na região e, concomitantemente, a se afastar de seus vizinhos por julgar a si próprio como superior a tais (PRADO, 2001, p. 138).

Mediante ao apresentado, entende-se algumas importantes causas pelas quais o Brasil se posicionava (e ainda se posiciona) como divergente e proeminente em relação ao restante dos países latino-americanos. A historiografia produzida no país desenvolvia a ideia antagônica de que externamente, o Estado brasileiro era poderoso, forte e unido por ser monarquista — diferente dos demais, que eram republicanos. Assim sendo, o enunciado “O Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina” torna-se compreensível, uma vez que é possível assimilar que o país se encontra na região mas não se percebe como parte de tal — seja cultural ou politicamente (PRADO, 2001, p. 128).

Para mais, ao exibir como essa percepção costumava funcionar, através dos ofícios do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury, pode-se completar que o ideário brasileiro imperial monarquista permaneceu como algo intocável na essência nacional. No qual, mesmo após a fundação da república no país, persiste um sentimento comum de afastamento do restante dos países vizinhos. Diante disso, o poder que emanava das figuras relevantes na política afetava diretamente o senso público brasileiro, posto que estes possuíam o controle sobre as narrativas desenvolvidas em relação à própria sociedade.

Em suma, a não alteração substancial das relações diplomáticas com a América Latina depois da proclamação da República somada à acentuação de um sentimento anti-hispânico e a rivalidade do nós *versus* eles demonstra como as diferenças eram destacadas em detrimento às semelhanças no imaginário coletivo (PRADO, 2001, p. 146). Torna-se indispensável enunciar que acompanhar a formação do discurso político brasileiro, junto à relação do país com os demais da vizinhança, é essencial para entender a situação e política externa contemporânea do Brasil, sendo estas não tão distantes da discutida anteriormente. A imagem de uma “outra” América estabelecida no período colonial perdura até os dias de hoje e com ela uma visão de inferioridade, que leva à sua desvalorização tanto pela população brasileira quanto pelo governo — que apesar das tentativas, falha em promover políticas que visem uma verdadeira integração regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Som-

bras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORONATO, Daniel. O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança. **Diálogos**, v. 24, n. 3, 2020.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A nova política no Prata: da neutralidade à intervenção. *In*: **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador**. *In*: Mary Anne Junqueira e Stella Maris Scatena Franco (Org.). Cadernos de Seminário de Pesquisas Vol. II. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

PASSETTI, Gabriel. Estando autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada: percursos e limitações da trajetória do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury em Buenos Aires (1876)1. **Diálogos**, v. 24, n. 3, 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, 2001.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153 v. 2, 2005.

SANTOS, Luis Claudio Villafañe. O caleidoscópio de alianças. *In*: **O Império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: EdUFPR, 2002.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. Una difícil inserción en el concierto de las naciones. *In*: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord). **Inventando la nación**: iberoamerica, siglo XIX; Mexico: FCE, 2003.